

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 331

Período: 16/05/2009 a 22/05/09

GEDES – Brasil

- 1- Projeto Amazônia Protegida ampliará o número de militares na Amazônia
- 2- Projetos de modernização da Marinha
- 3- Estudo levanta novos casos de desaparecimentos e assassinatos no regime militar brasileiro.
- 4- Sentença para recuperar corpos de guerrilheiros segue postergada
- 5- Preso Cabo suspeito de ter participado no roubo de armas do Exército
- 6- Jarbas Passarinho defende discurso de militar e regime militar brasileiro

1- Projeto Amazônia Protegida ampliará o número de militares na Amazônia
Conforme publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, seguindo a Estratégia de Defesa Nacional, 28 novos pelotões serão criados na fronteira amazônica pelo projeto Amazônia Protegida montado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Com um orçamento de R\$ 1 bilhão, as instalações dos pelotões deverão estar prontas até 2018; a presença militar na região passará de 25 mil homens para 30 mil. Estes 05 mil homens seguirão rotinas diferentes dos atuais militares na região que povoam as fronteiras, pois a estadia será breve e eles trabalharão como células de vigilância militar longe de sua família.. A ampliação que pretende monitorar de forma mais eficaz possíveis ações no tráfico de drogas e/ou biogenéticos passará de 23 para 51 dos postos militares. Entre os 51 postos, a distância não deverá ser maior do que 250 quilômetros e estarão conectados ao Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/05/2009*).

2- Projetos de modernização da Marinha

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha deverá construir seu complexo industrial naval na Ilha da Madeira, às margens da Baía de Sepetiba, litoral sul do estado do Rio de Janeiro. É provável que esse espaço seja utilizado na futura construção do submarino de propulsão nuclear. A nova base da Força de Submarinos da Marinha e um grande estaleiro serão construídos no local. Aliado a isso, a Força irá confeccionar quatro submarinos convencionais, de propulsão diesel-elétrica, projeto do submarino francês Scorpene. Essas aquisições fazem parte do acordo firmado com a França em 2008. O que falta para que o projeto seja iniciado é o investimento de instituições financeiras da França. O Almirante de Esquadra reformado, José Alberto Accioly Fragelli, afirmou que o projeto está na fase de acertar as questões contratuais. Accioly Fragelli coordena o Programa de Desenvolvimento do Submarino com Propulsão Nuclear desde 2008 e, em relação ao modelo Scorpene, analisou que a arma possui sensores e sonares mais atualizados que os Tupis, os quais são usados atualmente. Acredita ainda que em 2009 a situação já deve estar regularizada com a licença ambiental e com os financiamentos. Até 2021 todos Scorpene estarão operando. O primeiro

submarino será construído em parceria com a França para que engenheiros brasileiros possam compreender o processo. Com isso, o submarino nuclear, dadas essas experiências, será construído no Brasil e deve ser finalizado em 2022. O casco é o principal objeto a ser edificado, pois as outras tecnologias já estão prontas. Além disso, deverá haver testes de funcionamento antes de irem para o oceano. O processo de enriquecimento de urânio, exclusividade do submarino nuclear, tem previsão para terminar em maio de 2010. Em entrevista para *O Estado S. Paulo*, Acciolly Fragelli disse que a principal vantagem do veículo militar é avançar no aspecto da mobilidade aliada ao tempo maior que o submarino pode ficar submerso. Finalmente, elogiou a atual política do governo ao incentivar essas aquisições como políticas de Estado e acredita que o submarino nuclear dará força às pretensões diplomáticas brasileira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Conforme noticiado pelo mesmo jornal, no dia 21/05/09, o Comando da Marinha recebeu, em Falmouth, na Inglaterra, o NDCC Almirante Sabóia, novo navio de transporte de tropas e ações anfíbias. O navio desloca 6,7 mil toneladas e 444 militares. A sua principal vantagem é a alta velocidade de embarque em áreas consideradas de conflito. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/2009; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/05/09*).

3- Estudo levanta novos casos de desaparecimentos e assassinatos durante o regime militar brasileiro

Conforme notícia publicada em 18/05/09 pelo jornal *Folha de S. Paulo*, um estudo elaborado por familiares de vítimas do período do governo militar acrescentou 69 mortes relacionadas ao período (1964-1985), perfazendo um total de 426 mortos e desaparecidos. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos havia relatado 357 casos dois anos antes (2007), número que coincidia com levantamento feito em 1995 pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A pesquisa contou com a parceria da Comissão, a Embaixada do Brasil na Argentina e o Arquivo Nacional de Memória da Argentina, sendo que 5 casos de indivíduos mortos na Argentina, com pais brasileiros, foram vinculados à Operação Condor – operação dos governos militares da América do Sul para combater organizações de esquerda nos anos 70. Nos novos casos de morte foram incluídos suicídios ocorridos em celas que seriam responsabilidade do governo militar, devido à extrema pressão física e psicológica a que os presos eram expostos, bem como suicídios suspeitos de serem encobrimento de assassinatos sob tortura. Integrante da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Criméia Almeida afirmou que quanto mais se abre a discussão em relação à ditadura, mais as famílias passam a se manifestar e procurar reparação, o que leva a um aumento do número de vítimas. O grupo Terrorismo Nunca Mais, que representa militares da reserva anunciou, por sua vez, que ações da esquerda no período do governo militar causaram a morte de 119 pessoas, entre policiais e militares. Em entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Paulo de Tarso Vannuchi, ministro de Direitos Humanos, afirmou no dia 15/05/2009 que Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República e comandante-em-chefe das Forças Armadas, deveria pedir perdão pelos crimes cometidos no regime militar, assim como já fizeram outros países: Chile, Argentina e Paraguai. Na entrevista, Vannuchi questionou até que ponto os documentos do regime foram destruídos, dadas aparições casuais de registros não catalogados que podem

estar sob a tutela de pessoas não ligadas ao Estado. Em relação a supostos corpos de guerrilheiros do conflito do Araguaia que podem ter sido cremados e deixados no local do conflito, região da Serra das Andorinhas, no estado do Pará, Vannuchi defende que deve ser feita uma operação de busca, baseando-se especialmente no pronunciamento de um Coronel Aviador à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que afirmou ter transportado por 10 dias corpos de guerrilheiros até o local acima citado. Sobre possíveis tensões com o ministério da Defesa, Vannuchi afirmou que não vê isso como problemático, mas sim como uma “tensão boa”. Por fim, não propôs a revisão da Lei da Anistia, mas disse que não admite que o crime de tortura seja abrigado por ela. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/05/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/05/2009).

4- Sentença para recuperar corpos de guerrilheiros segue postergada

Conforme noticiado no periódico *Folha de S. Paulo*, em 18/05/09, a juíza da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, Solange Salgado, responsável pela sentença que obriga o governo federal a localizar e entregar os corpos de cerca de 60 guerrilheiros mortos na guerrilha do Araguaia às suas respectivas famílias, lamentou a resistência por parte do governo em cumprir a sentença. Tendo sido a Advocacia Geral da União (AGU) derrotada nas duas instâncias superiores nas quais buscou recursos, agora não existe mais espaço para recorrer à decisão. A juíza apontou que um dos equívocos nas razões da resistência à sentença é que esta não busca culpados, mas apenas procura ajudar as famílias dos desaparecidos. Salgado ainda afirmou que a demora no trâmite do processo advém de uma “decisão política”, e que não há o “intento de cumprir voluntariamente” as determinações da sentença. A AGU, por sua vez, afirmou que está tomando as medidas necessárias para o cumprimento da decisão e que não haverá mais nenhum recurso. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/05/09).

5- Preso Cabo suspeito de ter participado no roubo de armas do Exército

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que no dia 18/05/09 foi preso um Cabo do Exército suspeito de ter participado no furto de armas ocorrido no dia 08/03/09 no 6º Batalhão de Infantaria Leve de Caçapava.. Em depoimentos prestados foi confirmada a participação dos Cabos Leonardo Floriano dos Santos e José Augusto Lourenço. O advogado do último afirmou que Lourenço sofreu pressão psicológica para assumir a participação no crime. Já foram presas seis pessoas suspeitas e, dos 07 fuzis roubados, 06 deles já foram encontrados em cidades da região, como São José dos Campos, Jambeiro e Caraguatatuba. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/05/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/05/09; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 21/05/09).

6- Jarbas Passarinho defende discurso de militar e regime militar brasileiro

Em coluna opinativa ao *Jornal do Brasil*, Jarbas Passarinho, ex-ministro da Educação durante o governo militar do Presidente Médici (1969-1974), defendeu o discurso de despedida proferido pelo General Paulo César de

Castro na ocasião de sua retirada para a reserva, no dia 11/05/09, na qual o militar afirmou: “o general Médici constituiu exemplo de honestidade, coragem moral e audácia. Sob seu comando, nós, os democratas brasileiros, derrotamos o oponente subversivo durante a Guerra Fria”. O discurso, que gerou críticas da imprensa, foi entendido como uma exaltação ao Golpe de 1964, defesa da Lei da Anistia e perseguição aos comunistas. Em relação a tais críticas, Jarbas Passarinho posicionou-se em defesa da instauração do regime militar brasileiro, apontando que tais posicionamentos partem da “esquerda raivosa” brasileira e promovem no país um “esquecimento da selvageria do terrorismo pela esquerda, transmudado em heroísmo”. Desta forma, afirmando em seu artigo que a esquerda adotou atos terroristas como “uma arma de guerra, representando o bem contra o mal”, Jarbas Passarinho defendeu a instauração do AI-5 como necessário para assegurar a ordem interna do país, combatendo o terrorismo e as guerrilhas. Afirmou ainda que a Lei da Anistia beneficiou militares e guerrilheiros, não significando perdão, mas esquecimento mútuo, o que nunca foi respeitado pela esquerda brasileira que tenta desacreditar os militares, nutrindo e aumentando “o ódio ideológico”. Finalmente, defendeu mais uma vez o discurso de despedida do General Castro, que teria dedicado “ao serviço da pátria cerca de meio século de sua vida exemplar”, tendo, por isso, direito de expressar suas opiniões, bem como todos os outros militares. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 21/05/09).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).